

SUMÁRIO

Palavras Prévias (à guisa de uma introdução ao <i>Manual Prático da Execução de Alimentos</i>): conhecimento também é um caminho da felicidade	17
Apresentação	31
Prefácio compartilhado	35

CAPÍTULO 1

UMA NOVA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS: “AMANHÃ SERÁ UM LINDO DIA”	41
1.1 A evolução da responsabilidade parental: da irresponsabilidade dos pais à tutela constitucional da solidariedade familiar	42
1.2 A estranha necessidade de um processo de execução de alimentos: um paradoxo em si mesmo e as novidades implementadas pelo Código de Processo Civil de 2015.....	49
1.3 Uma visão evolutiva da execução de alimentos: de uma perspectiva formalista do processo à efetividade do crédito (tutela dos direitos)	53
1.4 O amplo conceito de <i>alimentos</i> e as múltiplas medidas executivas (técnicas) possíveis para a sua efetividade no contexto do Código de Processo Civil de 2015.....	59
1.5 A tutela dos alimentos, as técnicas processuais executivas e a necessidade de incorporação pelo jurista: o processo precisando atuar na vida como ela é.....	66

1.6	O pêndulo de Foucault: o (des)equilíbrio entre a <i>máxima efetividade da execução</i> e a <i>menor onerosidade ao devedor</i> a justificar a <i>cumulabilidade</i> , a <i>variabilidade</i> e a <i>atipicidade</i> das técnicas executórias.....	69
1.7	Classificações da obrigação alimentícia essenciais à perfeita compreensão da execução de alimentos/cumprimento de decisão	79
1.7.1	Generalidades.....	79
1.7.2	Alimentos provisórios, definitivos e provisionais.....	79
1.7.3	Alimentos transitórios (por tempo determinado).....	85
1.7.4	Alimentos legítimos, voluntários e indenizatórios.....	89
1.7.5	Alimentos pretéritos, atuais e futuros.....	92

CAPÍTULO 2

ELEMENTOS PARA UMA TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS/CUMPRIMENTO DE DECISÃO	99	
2.1	Processo e procedimento: não existem dois procedimentos (ritos) de execução de alimentos/cumprimento de decisão judicial, mas um só provido de diferentes técnicas tendentes à eficiência.....	100
2.2	A competência para processar e julgar a execução de alimentos/cumprimento de decisão.....	105
2.3	A legitimidade ativa e passiva para a execução de alimentos/cumprimento de decisão	111
2.3.1	Lineamentos gerais sobre a legitimidade para a efetivação dos alimentos: representação, assistência, indeferimento da petição inicial e alimentos <i>intuito familiae</i>	111
2.3.2	A legitimidade complementar e subsidiária dos avós (a execução dos alimentos avoengos) e a execução alimentícia contra eles.....	116
2.3.3	A legitimidade do Ministério Público para a execução de alimentos/cumprimento de decisão	119
2.3.4	A legitimidade do nascituro e da gestante: a execução/cumprimento de decisão dos alimentos gravídicos.....	122
2.4	A morte de uma das partes antes ou no curso da execução de alimentos/cumprimento da decisão, a extinção da obrigação e a possibilidade de	

cobrar a dívida do espólio (legitimidade passiva do espólio ou habilitação no inventário?).....	126
2.5 A prescrição da pretensão executiva dos alimentos, a teoria do <i>contra non valentem</i> (paralisação de prazo por decisão judicial) e a prescrição intercorrente	135
2.6 O procedimento de execução de alimentos/cumprimento de decisão na prática: autos autônomos, próprios autos e a possibilidade de mitigação estratégica pelo credor.....	142
2.7 O valor da causa e a gratuidade judiciária	143
2.8 A citação/intimação do devedor na execução de alimentos/cumprimento de decisão.....	150
2.9 Designação excepcional de audiências especiais na execução de alimentos/cumprimento de decisão	157
2.10 Tramitação ininterrupta nas férias e no recesso judiciário e a suspensão dos prazos processuais	159
2.11 A intervenção fiscalizatória do Ministério Público (<i>custos juris</i> , o fiscal da ordem jurídica).....	163
2.12 O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica como um instrumento de efetividade processual e a possibilidade de aplicação na execução de alimentos/cumprimento de decisão.....	166
2.12.1 Noções conceituais e o espaço de incidência da <i>disregard theory</i> na obrigação alimentícia (em sua modalidade inversa).....	166
2.12.2 Requisitos para a aplicação da desconconsideração da personalidade jurídica na execução de alimentos/cumprimento de decisão..	170
2.12.3 Aspectos processuais: a desconconsideração da personalidade na execução de alimentos/cumprimento de decisão na prática	174
2.13 O cabimento (ainda que residual) da exceção (objeção) de pré-executividade.....	178
2.14 Desistência do procedimento, assunção pelo Ministério Público e inexistência de sub-rogação do crédito alimentício e impossibilidade de continuidade do processo por terceiro.....	182
2.15 A extinção frustrada da execução e a possibilidade de ação de reembolso de alimentos: inexistência de sub-rogação do crédito inadimplido por quem assumiu a manutenção do credor	186
2.16 Execução inversa ou invertida: a iniciativa do devedor	193

2.17 Deliberações conforme o protocolo de julgamento com base em perspectiva de gênero do conselho nacional de justiça quando a credora é a vítima de violência doméstica e familiar ou os seus filhos.....	196
--	-----

CAPÍTULO 3

AS DIFERENTES TÉCNICAS PROCESSUAIS DISPONIBILIZADAS PARA A EXECUÇÃO DE ALIMENTOS/CUMPRIMENTO DE DECISÃO: A BUSCA DA EFETIVIDADE PROMETIDA	201
3.1 Execução de alimentos/cumprimento de decisão: um procedimento único com diferentes técnicas executivas para a tutela de um direito diferenciado.....	202
3.2 Aplicação das técnicas processuais do cumprimento de decisão à execução de alimentos baseada em títulos extrajudiciais: uma normatividade comum.....	205
3.3 O cumprimento espontâneo da obrigação alimentar por meio preferencial de depósito bancário, a (in)validade do pagamento direto e por terceiro e a sua (in)compensabilidade (alimentos <i>in natura</i>).....	207
3.4 A técnica do desconto em rendimentos do devedor.....	211
3.5 A técnica da constrição patrimonial (expropriação de bens do devedor) .	223
3.5.1 Noções gerais sobre a constrição patrimonial por penhora: iniciativa exclusiva da parte.....	223
3.5.2 Os atos procedimentais na execução de alimentos/cumprimento de decisão com penhora de bens: o <i>iter</i> da expropriação patrimonial.....	224
3.5.3 Patrimônio executável do devedor: todos os bens são penhoráveis para pagamento de uma dívida alimentícia (inclusive remunerações, bem de família, FGTS, verbas rescisórias, créditos em outros processos e milhas aéreas/programas de fidelidade)?.....	230
3.5.4 A penhora (inclusive de dinheiro, de criptomoedas, de cotas de consórcio, de previdência privada e de contas conjuntas, a adjudicação e a alienação de bens) e as principais ferramentas para a sua efetivação: Bacenjud/Sisbajud, CCS/Bacen, Sniper, Infojud e Fenseg.....	240
3.5.5 Direito de preferência do credor de alimentos na hipótese de concurso creditício.....	258

3.5.6	A possibilidade de expedição da certidão premonitória e o registro da citação ou da constrição judicial (penhora) como medida assecuratória do crédito alimentício.....	259
3.5.7	O cabimento dos embargos de terceiros no cumprimento de decisão/execução de alimentos	264
3.6	A técnica da coerção pessoal (prisão civil do devedor de alimentos).....	266
3.6.1	A responsabilidade patrimonial e a repugnância pela prisão civil por dívidas em geral e a adequação social e jurídica da prisão civil do devedor de alimentos	266
3.6.2	O <i>iter</i> procedimental: o cumprimento de decisão/execução de alimentos com custódia civil na prática	270
3.6.3	Uma trilogia defensiva: as possibilidades de resposta do devedor de alimentos	276
3.6.4	A natureza personalíssima (<i>intuitu personae</i>) e coercitiva (não punitiva) da prisão civil do devedor de alimentos e os efeitos decorrentes: inadmissibilidade de prisão de um terceiro e de denunciação da lide/chamamento ao processo	281
3.6.5	A duração, a forma de cumprimento da prisão civil e a (im)possibilidade de concessão de benefícios ao devedor (descabimento de prisão especial)	283
3.6.6	A necessidade de pagamento integral da dívida para liberar a prisão e a inaplicabilidade da teoria do <i>substantial performance</i> : inidoneidade do pagamento parcial	289
3.6.7	Período de inadimplemento autorizador da prisão civil: os três meses anteriores ao pedido e os que se vencerem no procedimento (a denominada <i>dívida atual</i>)	292
3.6.8	Impossibilidade de uso da técnica da prisão civil no caso de inadimplemento dos alimentos compensatórios	297
3.6.9	Recurso manejável contra a decisão que determina a prisão civil	300
3.6.10	A dívida alimentícia do menor de dezoito anos e a (im)possibilidade de sua prisão civil	302
3.7	As medidas executivas de apoio: protesto e inserção nos cadastros de proteção ao crédito.....	310
3.8	A atipicidade das técnicas executivas e a criatividade do jurista: para o infinito e além.....	312

3.9 A cumulabilidade de utilização das técnicas na execução de alimentos/cumprimento de decisão	325
3.10 A variabilidade no uso das técnicas executivas e a efetividade do crédito alimentício	336

CAPÍTULO 4

ACHEGAS SOBRE AS QUESTÕES (PROCESSUAIS E MATERIAIS) POLÊMICAS E CONTROVERTIDAS DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS/CUMPRIMENTO DE DECISÃO	343
4.1 Regras, polêmicas e controvérsias comuns a ambos os títulos originários dos alimentos	344
4.2 As parcelas acessórias alimentícias e o seu cálculo: honorários de advogados, custas processuais, juros e correção monetária, sem incidência de imposto de renda.....	346
4.2.1 Os honorários advocatícios	348
4.2.2 As custas processuais	355
4.2.3 O cálculo dos juros	356
4.2.4 A correção monetária e as suas variações	358
4.3 O cálculo da pensão alimentícia devida e a sua retroatividade para a definição do valor devido e executável (<i>quantum debeatur</i>)	363
4.4 A existência de ação de revisão ou exoneração e a retroatividade dos alimentos.....	366
4.5 O perigo de decisões contraditórias e a recomendável cooperação judiciária nacional como mecanismo de otimização e efetividade entre os juízos da execução e da revisão/exoneração de alimentos ou da violência doméstica e familiar	372
4.6 O cumprimento de decisão que fixou reparação de danos em prestações periódicas (alimentos indenizatórios ou ressarcitórios)	377
4.7 A possibilidade de constituição de renda nos alimentos familiares	388
4.8 Cabimento da execução de alimentos/cumprimento de decisão por desapossamento de bens (ou seria um caso de fixação de alimentos <i>in natura</i> ?)	389

4.9 Possibilidade de parcelamento da dívida alimentícia inadimplida? (Uma proposta interpretativa para a admissibilidade da moratória judicial)	397
4.10 Indenização por dano material, moral ou perda de uma chance decorrente do reiterado inadimplemento alimentício?	405
4.11. O inadimplemento alimentício, a (não) cessação da convivência entre pai e filho, a suspensão/destituição do poder familiar e a possibilidade de crime de abandono material.....	413
4.12 A renúncia de herança pelo devedor de alimentos e a aceitação indireta pelo credor	421
4.13 O cumprimento no território brasileiro de decisão estrangeira em matéria de alimentos: o procedimento de homologação no Superior Tribunal de Justiça, os seus requisitos e as possíveis variações	424
4.14 O cumprimento fora do território nacional de uma decisão brasileira que fixou alimentos: a aplicação e as regras das convenções internacionais específicas (a competência concorrente internacional)	432
REFERÊNCIAS	443